

min. Trabalho 20 AGO 1988

Pazzianotto não teme caos com greve nos setores essenciais

JORNAL DO BRASIL

Helena Dalto

BRASÍLIA — O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, não está preocupado com a possibilidade de que, com a inclusão do direito irrestrito de greve na futura Constituição, as paralisações nos chamados setores essenciais criem situações de grande prejuízo para a população. Ele cita um caso ocorrido há duas semanas, quando os trabalhadores da Eletrosul entraram em greve pela reposição das URP congeladas de abril e maio.

Ao final do movimento, a empresa não queria pagar os dias parados. Na mesa da negociação, um representante dos trabalhadores usou um argumento demolidor, para mostrar que o serviço de geração e distribuição de eletricidade não havia sido prejudicado, apesar da greve. Apontou para a lâmpada acesa no teto e perguntou: "Em algum momento ela apagou?" A Eletrosul acabou pagando os dias de paralisação.

Na assembléia que decidiu a recente greve dos 1.700 funcionários da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), surgiu de um diminuto grupo radical a proposta de que se cortasse o fornecimento de luz e energia elétrica da capital da República. A idéia do *black-out* foi imediatamente repelida pelos 300 eletricitários do sistema de controle e operações da CEB. "Trabalhamos em uma área vital e somos conscientes de nossas responsabilidades. Não podemos radicalizar a esse ponto", rebateu Luiz de Fátima, representante sindical que trabalha no sistema de controle.

Luiz foi aplaudido pela maioria da assembléia e a greve, que durou até segunda-feira passada, paralisou apenas a burocracia e parte do setor de manutenção (conserto de equipamentos, cabos e plantão para o serviço de rua). O governo, como queriam os eletricitários, aceitou pagar a URP de abril e maio (16,19%), que fora congelada, e um adicional de 8,4% sobre os salários.

Lourenço aceita — O direito amplo de greve foi aprovado pela Constituinte com a ressalva de que caberá ao Congresso elaborar lei para garantir o funcionamento de serviços públicos atingidos por paralisações. Mesmo assim, parlamentares do bloco conservador e empresários continuam preocupados.

Com a experiência de quem, há 28 anos, trabalha pelas causas sindicais, o advogado e professor de Direito do Trabalho Ulisses Riedel de Resende refuta os argumentos contra a liberação da gre-

ve: "Não se tem notícia, no Brasil, da paralisação de um alto-forno durante uma greve de metalúrgicos. O trabalhador tem consciência do que faz."

Convivência — O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) preferia aprovar um artigo proibindo greves políticas, de solidariedade e em setores essenciais. O senador Albano Franco (PMDB-SE), embora preocupado, acredita no jeitinho brasileiro e espera que sejam evitadas as greves em áreas vitais para o público.

Até o Ministério do Trabalho, acostumado a punir líderes sindicais e declarar greves ilegais a partir de 1964, encara com naturalidade a conquista do direito irrestrito de greve. "Isso não é o fim do mundo. Ninguém vai morrer por causa da greve. Até porque os serviços vitais serão regulamentados em lei posterior", diz secretário de Emprego e Salário, Lício Camargo. O ministério vem convivendo com um número cada vez maior de greves nos setores essenciais: em junho, 293.716 trabalhadores cruzaram os braços nos setores de energia elétrica, petroquímica, gás, saúde, transportes e serviço público, num total de 66 greves, que somaram 783 dias de paralisação. Em janeiro, pararam 132.781 empregados dos setores essenciais, durante 56 greves consecutivas.

Inveja — Carlos López Moniz, adido do trabalho da Embaixada da Espanha e autor do livro *O direito de greve — experiências internacionais e doutrina da OIT*, estranha o alarde contra a decisão da Constituinte. "Para mim, perigo é proibir a greve. Não há por que temê-la. É uma conquista de todos os países democráticos".

Na Embaixada dos Estados Unidos, há quem inveje o amplo direito de greve conquistado pelos trabalhadores brasileiros. A lei norte-americana pune com rigor a greve nos serviços públicos e essenciais. Um funcionário brasileiro da representação quase foi demitido, junto com outros servidores, porque tentou uma operação-tartaruga.

Uma autoridade da aviação civil americana lembra que, até hoje, passados três anos, os 12 mil controladores de voo dos Estados Unidos — que paralisaram o trabalho — não conseguiram ser readmitidos por ordem do presidente Ronald Reagan. Muitos emigraram para países vizinhos ou outros trabalham como motoristas de caminhão. Mas, também nos Estados Unidos, a greve nos serviços públicos é cada vez mais freqüente, informam funcionários da Embaixada.

Direito varia de país para país

A conquista do direito irrestrito de greve coloca o Brasil ao lado dos países desenvolvidos no tocante às normas trabalhistas. Na França, a greve é um instrumento legítimo e um grevista não pode ser demitido, salvo se cometer "falta muito grave", conforme reza o Código de Trabalho.

A proibição da greve só é feita mesmo para seis categorias, conforme a lei francesa: magistrados, polícia e militares, seguranças, controladores aéreos, agentes da administração das prisões e funcionários do serviço de transmissão do Ministério do Interior.

A Itália tem uma das legislações de greve mais liberais. São permitidas paralisações até nos serviços essenciais, contanto que governo seja avisado com antecedência. Até diplomatas podem fazer greve e só os militares são proibidos. Em outubro, porém, o parlamento italiano se reunirá para definir limitações às greves dos setores vitais para a população.

O governo espanhol tem normas de manutenção sobre os serviços essenciais: rede ferroviária, metrô, televisão, transporte aéreo, hospitais e postos de serviços de gasolina. Proibe também as greves políticas e de solidariedade.

Em Portugal, a lei exige que o recurso à greve seja decidido pelas associações sindicais e que a decisão seja comunicada à associação patronal e ao Ministério do Trabalho. Obriga os sindicatos a manter os serviços de correios e telecomunicações, de saúde, funerários, de energia, abastecimento de água, bombeiros e transporte de carga de animais e gêneros alimentícios.

Nos Estados Unidos, a lei é dura quando se trata de greve de funcionários públicos, a legislação é mais dura. Há uma lei federal que castiga grevistas do serviço público com demissão imediata e a proibição de readmissão durante o período de três anos.

As greves políticas também são punidas pela legislação norte-americana. Os responsáveis pela sua decretação pagam multas e são presos. Esse tipo de greve, no entanto, é raríssimo nos Estados Unidos. A greve de solidariedade também só ocorre em raras ocasiões. São os tribunais que, geralmente, decidem sobre as punições para grevistas do setor privado. Os chamados serviços essenciais não estão regulamentados em lei e são também os tribunais que decidem pela legalidade ou não da greve nesse setor.